

[www.pwc.com.br](http://www.pwc.com.br)

---

# **Companhia Brasileira de Vidros Planos**

**Demonstrações financeiras de acordo com as  
práticas contábeis adotadas no Brasil  
em 31 de dezembro de 2017  
e relatório do auditor independente**





## ***Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras***

Aos Administradores e Acionistas  
Companhia Brasileira de Vidros Planos

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Brasileira de Vidros Planos ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Brasileira de Vidros Planos em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Companhia Brasileira de Vidros Planos

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.




Companhia Brasileira de Vidros Planos

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 27 de março de 2018



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5



José Vital Pessoa Monteiro Filho  
Contador CRC 1PE016700/O-0

## Companhia Brasileira de Vidros Planos

Balancos patrimoniais  
Exercícios em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

<b>Ativo</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	41.814	4.526	Fornecedores (Nota 14)	32.801	25.866
Contas a receber de clientes (Nota 7)	13.854	17.213	Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	87.369	121.740
Estoques (Nota 8)	68.567	84.225	Adiantamento de Clientes	351	93
Tributos a recuperar (Nota 9)	27.122	46.092	Salários e encargos sociais (Nota 16)	9.078	11.457
Partes relacionadas (Nota 18)	153	2.849	Tributos a pagar (Nota 17)	3.649	3.681
Despesas antecipadas	432	236	Partes relacionadas (Nota 18)	4.511	649
Outros ativos	2.427	2.933	Outros passivos	8	237
	<u>154.369</u>	<u>158.074</u>		<u>137.767</u>	<u>163.723</u>
<b>Não circulante</b>			<b>Não circulante</b>		
Realizável a longo prazo			Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	619.359	661.553
Tributos a recuperar (Nota 9)	17.401	10.178	Partes relacionadas (Nota 18)	252.581	212.028
Tributos diferidos (Nota 10)	91.207	91.207	Outros passivos	1.981	1.790
Créditos tributários (Nota 11)	12.718	12.718		<u>873.921</u>	<u>875.371</u>
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	20.831	60.183			
Outros ativos	1.585	1.541			
	<u>143.742</u>	<u>175.827</u>	Total do passivo	<u>1.011.688</u>	<u>1.039.094</u>
Imobilizado (Nota 12)	877.903	906.255	Patrimônio líquido (Nota 19)		
Intangível (Nota 13)	6.067	7.461	Capital social	507.909	507.909
	<u>883.970</u>	<u>913.716</u>	Prejuízos acumulados	(337.516)	(299.386)
			Total do patrimônio líquido	<u>170.393</u>	<u>208.523</u>
Total do ativo	<u><u>1.182.081</u></u>	<u><u>1.247.617</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>1.182.081</u></u>	<u><u>1.247.617</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Companhia Brasileira de Vidros Planos

### Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Operações continuadas</b>		
Receita de vendas (Nota 20)	360.087	324.857
Custo das vendas (Nota 21)	<u>(231.512)</u>	<u>(222.192)</u>
<b>Lucro bruto</b>	128.575	102.665
Despesas gerais e administrativas (Nota 22)	(120.731)	(119.888)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 23)	<u>(6.591)</u>	<u>384</u>
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>	1.253	(16.839)
Receitas financeiras (Nota 24)	13.253	21.306
Despesas financeiras (Nota 24)	<u>(58.163)</u>	<u>(78.442)</u>
<b>Despesas financeiras, líquidas (Nota 24)</b>	(44.910)	(57.136)
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	(43.657)	(73.975)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 25)	<u>6.805</u>	<u></u>
<b>Prejuízo do exercício</b>	<u>(36.852)</u>	<u>(73.975)</u>
<b>Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)</b>	<u>(1,89)</u>	<u>(3,79)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Companhia Brasileira de Vidros Planos

### Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>	(36.852)	(73.795)
Outros componentes do resultado abrangente		
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u>(36.852)</u>	<u>(73.795)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Companhia Brasileira de Vidros Planos

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	<b>Capital social</b>	<b>Reserva de lucros Incentivo fiscal</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Em 1 de janeiro de 2016</b>	<u>457.909</u>		<u>(225.411)</u>	<u>232.498</u>
Aumento de capital	50.000			50.000
Prejuízo do exercício			(73.975)	(73.975)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<u>507.909</u>		<u>(299.386)</u>	<u>208.523</u>
Reserva de incentivos fiscais (Nota 19 (b))		31.243	(31.243)	
Reserva de incentivos fiscais de anos anteriores (Nota 19 (b))		59.574	(60.852)	(1.278)
Prejuízo do exercício			(36.852)	(36.852)
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<u>507.909</u>	<u>90.817</u>	<u>(428.333)</u>	<u>170.393</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Companhia Brasileira de Vidros Planos

### Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2017	2016
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	(43.657)	(73.975)
<b>Ajustes de</b>		
Depreciação (Nota 12)	49.303	56.637
Amortização (Nota 13)	1.481	1.970
Juros variações monetárias e cambiais, líquidas	41.548	56.698
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	801	896
Custo de captação	882	819
Ganhos com valor justo de instrumentos financeiros derivativos	2.065	6.679
Prejuízo da alienação de imobilizado (Nota 12)	1.101	1.881
Receita de subvenção	(428)	(428)
<b>Varição no capital circulante operacional</b>		
Contas a receber (Nota 7)	2.590	(9.369)
Estoques (Nota 8)	14.055	15.963
Tributos diferidos e a recuperar	18.735	22.747
Despesas antecipadas	(196)	412
Partes relacionadas	6.558	(1.760)
Outros ativos	462	(1.069)
Fornecedores	6.627	(23.312)
Adiantamento de clientes	258	(156)
Salários e encargos sociais (Nota 16)	(2.379)	2.935
Tributos a pagar	(1.310)	1.871
Outros passivos	3	1.728
<b>Caixa gerado nas operações</b>	98.499	61.167
Juros pagos (Nota 15)	(41.106)	(55.221)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	57.393	5.946
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Adições ao imobilizado (Nota 12)	(20.211)	(14.615)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	(20.211)	(14.615)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Partes relacionadas	37.661	44.137
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	39.352	(6.432)
Captação de empréstimos e financiamentos (Nota 15)	55.000	
Amortização do principal (Nota 15)	(86.777)	(25.200)
Custo para captação de empréstimos e financiamentos (Nota 15)	(130)	(2.651)
Amortização de debêntures (Nota 15)	(45.000)	
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos</b>	106	9.854
Caixa e equivalentes, no início do exercício (Nota 5)	4.526	3.341
Caixa e equivalentes, no final do exercício (Nota 5)	41.814	4.526
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos</b>	37.288	1.185

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Companhia Brasileira de Vidros Planos

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 1 Informações gerais

#### (a) Contexto operacional

A Companhia Brasileira de Vidros Planos é uma empresa integrante do Grupo Cornélio Brennand, e tem seu parque industrial à margem da Rodovia BR 101 – Norte, KM 1, no município de Goiana, localizado na mata norte do Estado de Pernambuco.

A Companhia é controlada pela ICAL Vidros S.A., a qual é detentora de 100% das ações emitidas.

A Companhia é a primeira fabricante de vidros planos do Nordeste do Brasil, de capital 100% nacional, com capacidade para produzir 900 toneladas de vidros planos por dia\*, atendendo aos mercados da construção civil e moveleiro de todo o Brasil.

\* informação não auditada

#### 1.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 28.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, conforme descrito na Nota 2.

#### 1.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

##### (a) CPC 03/IAS 07 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Essa alteração introduz uma divulgação adicional que pretende permitir aos usuários das demonstrações financeiras avaliar melhor as mudanças nos passivos decorrentes das atividades de financiamento. As entidades são requeridas a divulgar mudanças nos passivos para os quais fluxos de caixa foram ou irão compor as atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa. As referidas divulgações estão apresentadas na Nota 15.

#### 1.3 Normas novas que ainda não estão em vigor

##### (a) IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (CPC 48)

A IFRS 9 aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A norma passa a vigorar em 1º de janeiro de 2018.

## **Companhia Brasileira de Vidros Planos**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

A carteira de recebíveis da Companhia é concentrada em clientes pontuais, os quais têm seus riscos de crédito/perda avaliados individualmente, conforme descrito na Nota 7.

A administração avaliou os seus ativos e passivos financeiros e identificou que não é esperado impacto significativo em suas demonstrações financeiras decorrente da adoção dessa nova norma, no que se refere ao novo modelo de impairment para ativos financeiros, em função da natureza de curto prazo dos recebíveis da Companhia e das políticas de gerenciamento de risco de créditos utilizadas.

#### **(b) IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes (CPC 47)**

Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1 de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC 47- “Contratos de Construção”, IAS 18/CPC 30 – “Receitas” e correspondentes interpretações. A Companhia não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras pela adoção do CPC- 47, uma vez que as receitas são reconhecidas quando os produtos são entregues ao cliente, satisfazendo nesse momento as obrigações de performance significativas.

#### **(c) IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06)**

Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 10 de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Como a Companhia não possui contratos relevantes de arrendamento, não se espera impactos significativos decorrentes da sua adoção.

## **2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

## **Companhia Brasileira de Vidros Planos**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **(a) Vida útil do ativo imobilizado**

A vida útil econômica dos bens integrantes do Ativo Imobilizado da Companhia foi estabelecida pela sua equipe técnica interna, especificamente os profissionais responsáveis pela produção e pela manutenção das instalações da empresa.

Para isso, foram utilizadas as seguintes premissas:

- Especificações técnicas da fabricação: projeto, origem, material empregado, garantias operacionais;
- Planejamento de gastos com o imobilizado: política de substituição de máquinas, defasagem tecnológica dos bens e comparativos com a tecnologia utilizada pela concorrência, nível de obsolescência, etc;
- Obsolescência técnica ou comercial proveniente de mudanças ou melhorias na produção, ou de mudança na demanda do mercado para o produto derivado do ativo;
- Condições de uso: instalações, umidade no ambiente, calor, poeira, sujeira;
- Avaliação do histórico e comparativo dos bens semelhantes, inclusive comparações com empresas do mesmo setor;
- Política de manutenção da empresa – visando salvaguardar os ativos.

#### **(b) Recuperabilidade do imposto diferido**

A Companhia mensura a recuperabilidade do imposto diferido através da projeção de resultados tributáveis futuros, descontados a valor presente conforme descrito na Nota 10.

#### **(c) Impairment ativo imobilizado**

Quando há indícios de perda de recuperabilidade do ativo, a Companhia realiza o teste de impairment, utilizando as projeções do fluxo de caixa operacional e a demonstração do resultado do exercício.

#### **(d) Benefícios fiscais de ICMS**

A Companhia usufrui do incentivo do PRODEPE (Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco). Este incentivo incide sobre o ICMS calculado sobre as vendas, representando uma redução de 95% no recolhimento deste imposto. O prazo de fruição deste incentivo é de 12 anos, com início em 2014.

Em 2015, a Companhia aderiu ao PROINFRA (Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região do Nordeste). A concessão deste crédito presumido de ICMS é correspondente aos investimentos realizados pela Companhia em obras de infraestruturas no estado de Pernambuco, estando limitado ao montante de R\$ 15.130.

#### **(e) Benefício fiscal de PIS e COFINS**

Em 2017, a Companhia aderiu ao REINTEGRA (Regime especial de reintegração de valores tributários para empresas exportadoras). Esse incentivo tem por objetivo constituir um crédito tributário de PIS e COFINS, decorrentes da receita auferida com a exportação de produtos previsto em Legislação específica.

## Companhia Brasileira de Vidros Planos

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 3 Gestão do risco financeiro

#### 3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado e risco de liquidez.

O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia manteve os contratos celebrados em dezembro de 2017 e 2016, cujas características também se enquadram na definição de Swap.

A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela diretoria. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

<u>Risco</u>	<u>Exposição</u>	<u>Metodologia utilizada para mensuração do impacto</u>	<u>Gestão</u>
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Monitoramento da taxa de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento	Diversificação das instituições financeiras
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Avaliação de crédito	Monitoramento dos limites de crédito/ <i>ratings</i>
		Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

#### (a) Risco de mercado

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

#### (b) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira, considerando o fluxo de pagamentos não descontados.

## Companhia Brasileira de Vidros Planos

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>				
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	115.324	298.479	232.905	141.582
Fornecedores (Nota 14)	32.801			
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>				
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	165.137	257.030	539.348	237.051
Fornecedores (Nota 14)	25.866			

### 3.2 Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima.

A definição da estrutura de capital atual teve como base um endividamento compatível, em termos de prazo e custo, com a capacidade de pagamento do plano de negócios elaborado para a implantação do projeto de construção da fábrica de vidros planos e de beneficiamento de matéria-prima. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

## 4 Instrumentos financeiros por categoria

### Ativos financeiros - Empréstimos e recebíveis

	<u>Valor dos ativos financeiros apresentados no balanço patrimonial</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	
Caixa e equivalentes (Nota 5)	41.814
Contas a receber de clientes (Nota 7)	13.854
Partes relacionadas (Nota 18)	153
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	20.831
	<u>76.652</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	
Caixa e equivalentes (Nota 5)	4.526
Contas a receber de clientes (Nota 7)	17.213
Partes relacionadas (Nota 18)	2.849
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	60.183
	<u>84.771</u>

## Companhia Brasileira de Vidros Planos

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Passivos financeiros – Mensurados ao valor justo

	<b>Valor dos passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	
Passivos financeiros derivativos (Nota 15)	(213)
	<u>(213)</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	
Passivos financeiros derivativos (Nota 15)	1.380
	<u>1.380</u>

#### Passivos financeiros - Outros passivos financeiros

	<b>Valor dos passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	706.941
Fornecedores (Nota 14)	32.801
Partes relacionadas (Nota 18)	257.092
	<u>996.834</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	781.913
Fornecedores (Nota 14)	25.866
Partes relacionadas (Nota 18)	212.677
	<u>1.020.456</u>

#### 5 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Recursos em bancos e caixa (i)	2.413	850
Depósitos bancários de curto prazo (ii)	39.401	3.676
	<u>41.814</u>	<u>4.526</u>

## Companhia Brasileira de Vidros Planos

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- (i) Recursos em banco e em caixa compreende depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato.
- (ii) Os Certificados de depósitos bancários estão indexados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e podem ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa sem penalidade de juros, e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia.

#### 6 Títulos e valores mobiliários

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Certificado de depósitos bancários	20.831	60.183
Não circulante	<u>20.831</u>	<u>60.183</u>

Em maio de 2017 foi negociado com o BNB a liberação de R\$ 42.557 da conta reserva para pagamento antecipado de 11 parcelas de principal e pagamento dos juros referente ao período de junho a novembro de 2017.

Conforme cláusula prevista no contrato de financiamento, a Companhia mantém investimento em quota de fundo de renda fixa (Nota 15).

#### 7 Contas a receber de clientes

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contas a receber de clientes	16.120	18.784
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(2.266)</u>	<u>(1.571)</u>
	<u>13.854</u>	<u>17.213</u>

Em 31 de dezembro de 2017, o contas a receber de clientes possui o montante de R\$ 2.266 (2016 - R\$ 1.571 que estavam *impaired* e provisionadas. O contas a receber individualmente *impaired* refere-se principalmente a fabricantes de vidros temperados, os quais estão em uma situação econômica difícil. Segundo avaliação, uma parcela do contas a receber deve ser recuperada. Os vencimentos dessas contas a receber são como seguem:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
De três a seis meses	(26)	(133)
Acima de seis meses	<u>(2.240)</u>	<u>(1.438)</u>
	<u>(2.266)</u>	<u>(1.571)</u>



## Companhia Brasileira de Vidros Planos

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 8 Estoques

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Matérias-primas (i)	15.062	9.094
Produtos em elaboração	6.968	7.249
Vidros planos para venda (ii)	29.305	49.186
Vidros planos para revenda (iii)	669	1.281
Adiantamento para fornecedores de estoques (iv)	2.423	2.484
Peças para reposição	10.131	10.964
Outros	4.009	3.967
	<u>68.567</u>	<u>84.225</u>

- (i) O saldo refere-se à aquisição de matérias primas para a produção de vidros planos.
- (ii) O saldo refere-se ao estoque de produtos acabados para venda. Durante o exercício de 2017 a Companhia realizou mais vendas do que o volume de produção.
- (iii) O saldo refere-se ao estoque de mercadoria adquirida para revenda.
- (iv) O saldo refere-se a adiantamentos aos fornecedores de mercadoria importada para revenda e a adiantamentos aos fornecedores de produtos e/ou serviços nacionais utilizados para a produção de vidros planos.

#### 9 Tributos a recuperar

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (i)	34.680	42.563
Programa de integração social - PIS (i)	7.598	9.285
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (ii)	1.487	3.301
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	3	3
Imposto de renda pessoa jurídica		1.059
Imposto de renda sobre aplicação financeira	732	
Outros	23	59
	<u>44.523</u>	<u>56.270</u>
(-) Circulante	<u>(27.122)</u>	<u>(46.092)</u>
Não circulante	<u>17.401</u>	<u>10.178</u>

- (i) Os tributos a recuperar de PIS e COFINS do ativo circulante são provenientes de créditos sobre energia elétrica, locação do Centro de distribuição, importação para revenda de mercadorias, frete de armazenagens, aquisição de bens do imobilizado e sobre serviços prestados para a construção do parque fabril. No não circulante refere-se ao PIS e COFINS sobre aquisição de bens do imobilizado e sobre os serviços prestados para a construção do parque fabril. A expectativa é que os saldos do não circulante sejam realizados até maio de 2019.

## Companhia Brasileira de Vidros Planos

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- (ii) Os créditos a recuperar de ICMS são provenientes das operações de transferência de produtos e mercadorias da Companhia.

#### 10 Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$ 91.207 refere-se ao resultado líquido entre adições e exclusões temporárias apuradas até o ano de 2015, que inclui um efeito de imposto de renda e contribuição social diferido passivo, principalmente, sobre a diferença de depreciação na base fiscal para a contábil de aproximadamente R\$ 14.000. No entanto, com base na Parte B do Lalur da Companhia a diferença de ativos e passivos diferidos apurados em 2017 resultaria em um imposto diferido ativo no valor de R\$ 331.847. Em virtude das projeções apresentadas pela Companhia, o referido saldo não foi acrescido pois ultrapassaria o limite previsto no CPC 32 que é de 10 anos para o seu aproveitamento.

A constituição dos impostos diferidos, apurados até o ano de 2015, se deu em cumprimento as indicações do CPC 32 (Tributos diferidos), uma vez que a Companhia elaborou projeções que indicam o aproveitamento deste crédito nos próximos 10 anos.

A administração elaborou, em 31 de dezembro de 2017, a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributáveis nos períodos indicados. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações nas perspectivas de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizar no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Baseado no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com as melhores práticas adotadas no Brasil, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante nos seguintes exercícios:

#### Recuperação Tributos Diferidos - IRPJ/CSLL

<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>
1.805	4.669	6.554	8.308	10.382
<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>Total</u>
12.470	14.441	16.155	16.423	91.207

## **Companhia Brasileira de Vidros Planos**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **11 Créditos tributários**

O saldo refere-se ao montante de crédito presumido de ICMS concedido para a Companhia mediante compromisso firmado com o Governo do Estado de Pernambuco em 27 de dezembro de 2014. Neste acordo a Companhia comprometeu-se em realizar obras de infraestruturas.

Em contrapartida à realização destas obras, o Governo do Estado de Pernambuco concedeu o crédito presumido de ICMS, limitado ao montante de R\$ 15.130. Considerando que tal benefício está relacionado a obras realizadas, o mesmo foi registrado no grupo de Imobilizado, sendo realizado na medida da depreciação dos respectivos ativos (Nota 12).

Em virtude da criação do FEEF – Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal a Companhia optou por não utilizar o PROINFRA (Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica), uma vez que o recolhimento dessa nova taxa iria ser onerado por sua utilização, mantendo seu benefício para períodos futuros.

# Companhia Brasileira de Vidros Planos

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 12 Imobilizado

#### (a) Composição do saldo

	Terrenos	Edificações	Benf. Imóveis de terceiros e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis Utensílios e ferramentas	Equip. de Informática	Veículos	Total em operação	Adiant. a Fornecedor Imobilizado	Obras em Andamento	Total	Subvenção Governamental	Líquido
Em 31 de dezembro de 2016													
Saldo inicial	1.398	495.419	72.844	374.114	1.798	3.263	520	949.356	2.768	14.478	966.602	(16.076)	950.526
Transferências (i)		1.606	(423)	11.446	144	10	4	12.787	158	(12.945)			
Aquisições										14.615	14.615		14.615
Baixas			(502)	(1.260)	(15)		(104)	(1.881)			(1.881)		(1.881)
Reclassificações (ii)			283	473	4		89	849	(1.645)		(796)		(796)
Proinfra												398	398
Receita de subvenção												30	30
Depreciação		(13.485)	(3.457)	(38.112)	(304)	(1.109)	(170)	(56.637)			(56.637)		(56.637)
Saldo contábil, líquido	1.398	483.540	68.745	346.661	1.627	2.164	339	904.474	1.281	16.148	921.903	(15.648)	906.255
Em 31 de dezembro de 2016													
Custo	1.398	523.787	78.599	447.803	2.380	5.534	858	1.060.359	1.281	16.148	1.077.788	(15.648)	1.062.140
Depreciação acumulada		(40.247)	(9.854)	(101.142)	(753)	(3.370)	(519)	(155.885)			(155.885)		(155.885)
Saldo contábil, líquido	1.398	483.540	68.745	346.661	1.627	2.164	339	904.474	1.281	16.148	921.903	(15.648)	906.255
Em 31 de dezembro de 2017													
Saldo inicial	1.398	483.540	68.745	346.661	1.627	2.164	339	904.474	1.281	16.148	921.903	(15.648)	906.255
Transferências (i)		2.741	180	10.361	34	86		13.402	157	(13.559)			
Aquisições									300	19.911	20.211		20.211
Baixas				(996)	(17)			(1.013)		(88)	(1.101)		(1.101)
Reclassificações (ii)		(183)		1.603				1.420	(7)		1.413		1.413
Proinfra												398	398
Receita de subvenção												30	30
Depreciação		(11.296)	(2.467)	(34.154)	(253)	(1.000)	(133)	(49.303)			(49.303)		(49.303)
Saldo contábil, líquido	1.398	474.802	66.458	323.475	1.391	1.250	206	868.980	1.731	22.412	893.123	(15.220)	877.903
Em 31 de dezembro de 2017													
Custo	1.398	526.344	78.779	458.771	2.397	5.620	858	1.074.167	1.731	22.412	1.098.310	(15.220)	1.083.090
Depreciação acumulada		(51.542)	(12.321)	(135.296)	(1.006)	(4.370)	(652)	(205.187)			(205.187)		(205.187)
Saldo contábil, líquido	1.398	474.802	66.458	323.475	1.391	1.250	206	868.980	1.731	22.412	893.123	(15.220)	877.903
Taxas anuais médias de depreciação		4%	13%	14%	10%	20%	20%						

(i) Refere-se à máquinas utilizadas na movimentação de vidros (side loader), ativos de giro utilizados no transporte de vidros (cavaletes), barreiras utilizadas na armazenagem do vidro, máquinas de climatização utilizadas na estabilização da energia do forno em caso de queda de energia, etc.

(ii) O saldo refere-se essencialmente à compensação financeira de adiantamentos aos fornecedores.

## **Companhia Brasileira de Vidros Planos**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **(b) Depreciação**

A depreciação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 foi contabilizada como custo, no montante de R\$ 37.320 (2016 - R\$ 49.220), e despesas gerais e administrativas no montante de R\$ 12.807 (2016 - R\$ 8.155). Deste montante, R\$ 824 (2016 - R\$ 738) refere-se ao rateio da depreciação do imobilizado de uso em comum entre as empresas do Grupo Cornélio Brennand.

#### **(c) Subvenção governamental**

##### **(c.1) Terrenos**

O terreno onde foi construída a planta industrial da Companhia, em Goiana – PE compreende uma área de 91 mil metros quadrados. O mesmo foi doado pelo Governo do Estado de Pernambuco através de escrituras públicas de doação. A doação foi condicionada à implantação da unidade industrial. O valor da subvenção foi registrado inicialmente ao valor justo, e a Companhia reconhece a realização do ganho no resultado pelo prazo de 47 anos (vida útil média da planta industrial).

##### **(c.2) PROINFRA (Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região do Nordeste).**

A Companhia realizou obras de infraestrutura consistentes na realização de obras de Acesso Viário, Estação de Tratamento de Água e instalação de Linhas de Transmissão de Energia mediante compromisso firmado com o Governo do Estado de Pernambuco. Alternativamente à realização dessas obras de infraestruturas o Governo do Estado de Pernambuco concedeu o benefício fiscal sobre o recolhimento do ICMS pela Companhia. Este incentivo está limitado ao montante gasto pela Companhia na realização das obras. A Companhia reconhece a receita desta subvenção pelo prazo de 38 anos (vida útil média dos imobilizados construídos na realização das obras de infraestrutura).

#### **(d) Análise de *impairment***

No exercício de 2017, a administração efetuou a análise de recuperabilidade dos ativos e não houve indicação, seja por fontes externas ou internas de informações, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização ou de que não seja recuperável por meio dos resultados obtidos de sua realização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é considerado recuperável pela administração da Companhia.

## Companhia Brasileira de Vidros Planos

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 13 Intangível

	<u>Software</u>	<u>Bens Reversíveis</u>	<u>Total</u>
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016			
Saldo inicial	5.711	3.720	9.431
Amortização	<u>(1.842)</u>	<u>(128)</u>	<u>(1.970)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>3.869</u>	<u>3.592</u>	<u>7.461</u>
Em 31 de dezembro de 2016			
Custo	9.200	3.953	13.153
Amortização acumulada	<u>(5.331)</u>	<u>(361)</u>	<u>(5.692)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>3.869</u>	<u>3.592</u>	<u>7.461</u>
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017			
Saldo inicial	3.869	3.592	7.461
Reclassificações (i)	87		87
Amortização	<u>(1.354)</u>	<u>(127)</u>	<u>(1.481)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>2.602</u>	<u>3.465</u>	<u>6.067</u>
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017			
Custo	9.287	3.953	13.240
Amortização acumulada	<u>(6.685)</u>	<u>(488)</u>	<u>(7.173)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>2.602</u>	<u>3.465</u>	<u>6.067</u>

(i) O saldo refere-se às reclassificações do imobilizado (Obras em andamento) para o intangível

#### (a) Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

#### (b) Bens reversíveis

Com vistas a possibilitar o suprimento de energia elétrica à nova unidade fabril da Companhia, a mesma requereu da CELPE, Companhia Energética de Pernambuco, uma ligação na tensão de 69 KV com dupla alimentação para o fornecimento de energia elétrica à sua nova unidade fabril.

As instalações elétricas construídas pela Companhia para a CELPE foram incorporadas ao patrimônio e ao sistema elétrico de distribuição da referida Companhia, revertendo à União Federal, nos termos da Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, e da Lei 9.427 de 26 de dezembro 1996. Considerando que os investimentos feitos pela Companhia no referido ativo já foram transferidos à CELPE, a Companhia efetuou o reconhecimento contábil destes valores como ativo intangível iniciando a amortização do mesmo no exercício de 2014 pelo prazo de 31 anos (vida útil média dos equipamentos da Companhia).

## Companhia Brasileira de Vidros Planos

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 14 Fornecedores

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores de vidros (i)	19.835	7.579
Fornecedores de ativos imobilizados	913	2.655
Fornecedores de logística e armazenagem	2.572	6.477
Fornecedores de gás natural e energia elétrica	1.539	4.473
Fornecedores de outros materiais e/ou serviços	7.942	4.682
	<u>32.801</u>	<u>25.866</u>

Referem-se a valores a pagar basicamente decorrentes de aquisições de vidros planos para comercialização, compra de materiais e serviços necessários para produzir vidros planos e para a conclusão da construção das linhas de produção de vidros espelhados e laminados, gastos com fretes e logística.

- (i) O aumento do saldo em 2017 refere-se essencialmente ao aumento do volume de aquisição da barrilha, matéria prima utilizada na fabricação do vidro, e à aquisição de PVB laminado, película plástica e elástica utilizada na fabricação do vidro laminado.

#### 15 Empréstimos e financiamentos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Circulante</b>		
BNB (a)	35.162	25.937
Debêntures (b)	46.537	49.065
BNDES (c)	5.680	5.688
FINIMP (d)		19.604
FRN- Floating Rate Note (e)		20.066
Nota de crédito à exportação (f)	3	
Itaú (h)	199	
Provisão de perda com swap- FINIMP (i)		1.380
Provisão de ganho com swap-Itaú (j)	(213)	
	<u>87.369</u>	<u>121.740</u>
<b>Não circulante</b>		
BNB (a)	450.021	497.266
Debêntures (b)	88.417	132.781
BNDES (c)	25.921	31.506
Nota de crédito à exportação (f)	12.000	
Santander (g)	13.000	
Itaú (h)	30.000	
	<u>619.359</u>	<u>661.553</u>
<b>Total dos empréstimos</b>	<u>706.728</u>	<u>783.293</u>

## **Companhia Brasileira de Vidros Planos**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **(a) Banco do Nordeste do Brasil (BNB)**

##### **(a.1) Banco do Nordeste do Brasil (BNB)**

O financiamento contratado com o Banco do Nordeste do Brasil – BNB, mediante abertura de crédito no montante de R\$ 521.000, tem juros de 2,94% a.a. (antes do bônus de adimplência de 15%; com o bônus, os juros são reduzidos para 2,5% a.a.) e vencimento em 2026.

Os recursos obtidos foram destinados a obras civis e demais itens de investimentos para o projeto de construção do parque industrial. Durante o período de carência, findo em fevereiro de 2014, os juros foram calculados e capitalizados mensalmente e exigidos trimestralmente no dia 11 de cada mês. As despesas financeiras incorridas, decorrentes da contratação da operação, foram capitalizadas até a data de entrada em operação da Companhia. Após o período de carência os pagamentos dos juros são mensais.

A amortização do principal ocorrerá em 146 prestações mensais e sucessivas, sendo que a primeira prestação venceu em 11 de março de 2014.

Em maio de 2017 foi negociado com BNB a liberação de R\$ 37.708 da conta reserva para pagamento antecipado de onze parcelas de principal, referente ao período de junho de 2017 a abril de 2018 e pagamento dos juros referente ao período junho a novembro de 2017.

Conforme cláusula prevista no contrato de financiamento, a Companhia mantém durante o prazo da operação de financiamento, investimento em quota de fundo de renda fixa (Nota 6).

##### **(a.2) Banco do Nordeste do Brasil (BNB)**

O financiamento contratado com o Banco do Nordeste do Brasil – BNB, mediante abertura de crédito no montante de R\$ 100.000, tem juros de 8,24% a.a. (antes do bônus de adimplência de 15%; com o bônus, os juros são reduzidos para 7% a.a.) e vencimento em 2026.

Os recursos obtidos foram destinados a obras civis e demais itens de investimentos para o projeto de construção do parque industrial.

Durante o período de carência, que se estendeu até abril de 2016, os juros foram calculados e capitalizados mensalmente e exigidos trimestralmente. A amortização se realizará em 120 parcelas.

Em maio de 2017 foi negociado com BNB a liberação de R\$ 4.849 da conta reserva para pagamento de principal e juros, referente ao período de junho a setembro de 2017.

Conforme cláusula prevista no contrato de financiamento, a Companhia mantém durante o prazo da operação de financiamento, investimento em quota de fundo de renda fixa (Nota 6).

#### **(b) Debêntures**

No exercício de 2013, a Companhia efetuou o resgate de 200 debêntures e aditou a escritura de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única da espécie quirografária, passando a remunerá-las à taxa de 121,5% do CDI, com datas de vencimentos até maio de 2020.



## **Companhia Brasileira de Vidros Planos**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Em março de 2016 o contrato foi renegociado passando a remunerá-las a taxa de 125% do CDI com vencimento em 2020. O fluxo de amortização também foi alterado para pagamentos anuais durante o período de 2017 a 2020.

No exercício de 2016 não houve amortização do principal. A Companhia amortizou os juros no montante de R\$ 30.676. No exercício de 2017, a Companhia amortizou R\$ 45.000 de principal e R\$ 20.148 de juros.

Os recursos obtidos pela Companhia por meio da emissão das debêntures foram destinados à realização de investimentos no projeto de implantação da fábrica.

#### **(c) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES**

O montante em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 31.601 (2016 - R\$ 37.194) foi captado no âmbito do programa BNDES de Sustentação do Investimento – BNDES PSI, com vencimento até janeiro de 2025 e são providos de repasse da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, deferidos pelo BNDES através do Banco Itaú BBA.

Sobre o principal da dívida incidem juros entre 2,5% a.a. e 6% a.a.

#### **(d) Financiamento à Importação - FINIMP**

O montante de R\$ 19.604 em 31 de dezembro de 2016 refere-se a recursos captados no mercado externo (Lei 4.131), com proteção cambial através de operação de swap.

Sobre o principal da dívida incidia juros à taxa efetiva de 123,42% do CDI. Este financiamento foi liquidado em novembro de 2017.

#### **(e) FRN- Floating Rate Note**

O montante de R\$ 20.066 em 31 de dezembro de 2016 refere-se a recursos captados no mercado externo (Lei 4.131), com vencimento em junho de 2017.

Em dezembro de 2015, houve a renegociação do financiamento, onde o principal da dívida foi contratado em reais e corrigidos pelo CDI, deixando de ter a proteção cambial através de swap.

Sobre o principal da dívida incidia juros à taxa efetiva de 131% do CDI. Este financiamento foi liquidado em junho de 2017.

#### **(f) NCE -Nota de crédito à exportação**

O montante de R\$ 12.003 em 31 de dezembro de 2017 refere-se à operação de financiamento à exportação (Lei 6.313), contratado em 26 de dezembro de 2017, com vencimento em dezembro de 2019. Sobre o principal da dívida incide juros à taxa efetiva de 110 % do CDI.

## Companhia Brasileira de Vidros Planos

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

**(g) Santander**

O montante de R\$ 13.000 em 31 de dezembro de 2017 refere-se a recursos captados no mercado externo (Lei 4.131), contratado em 26 de dezembro de 2017, com proteção cambial através de operação de swap e vencimento em dezembro de 2019. Sobre o principal da dívida incide juros à taxa efetiva de 123 % do CDI.

**(h) Itaú**

O montante de R\$ 30.199 em 31 de dezembro de 2017 refere-se a recursos captados no mercado externo (Lei 4.131), contratado em 9 de junho de 2017 com proteção cambial através de operação de swap e vencimento em junho de 2019. Sobre o principal da dívida incide juros à taxa efetiva de 120 % do CDI.

**(i) Provisão de perda com swap - FINIMP**

O montante de R\$ 1.380 em 31 de dezembro de 2016 refere-se à proteção cambial do FINIMP. A Companhia contratou em conjunto com a operação do financiamento um contrato de derivativo (swap), para troca dos fluxos financeiros em dólar para real evitando desta forma a exposição ao risco cambial. A operação foi encerrada na liquidação do FINIMP.

**(j) Provisão de ganho com swap - Itaú**

O montante de R\$ (213) em 31 de dezembro de 2017 refere-se à proteção cambial referente ao recurso captado junto ao Itaú (item h acima). A Companhia contratou em conjunto com a operação do financiamento um contrato de derivativo (swap), para troca dos fluxos financeiros em dólar para real evitando desta forma a exposição ao risco cambial.

Os montantes de não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<b>31 de dezembro de 2017</b>
2019	153.059
2020	106.821
2021	67.529
A partir de 2022	291.950
	<u>619.359</u>

A movimentação das dívidas é como segue:

<b>Em 1 de janeiro de 2017</b>	783.293
Despesa financeira líquida	41.448
Amortização do principal	(131.777)
Juros pagos	(41.106)
Custos para captação de empréstimos	(130)
Captação de empréstimos	55.000
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<u>706.728</u>

## Companhia Brasileira de Vidros Planos

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 16 Salários e encargos sociais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Provisão gratificação a pagar	3.205	3.281
Salários	47	34
Férias	3.414	4.701
Instituto nacional do seguro social- INSS	1.828	2.626
Fundo de garantia por tempo de serviço- FGTS	544	769
Outros	40	46
	<u>9.078</u>	<u>11.457</u>

#### 17 Tributos a pagar

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	489	547
Imposto sobre produtos Industrializados - IPI	2.013	1.972
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	668	1.000
Imposto sobre serviços - ISS	34	44
Fundo de Equilíbrio Fiscal - FEEF	271	
Outros	174	118
	<u>3.649</u>	<u>3.681</u>

#### 18 Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Ical Vidros S.A., que detém 100% das ações.

##### (a) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está representada a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remuneração total do pessoal-chave da administração	<u>2.528</u>	<u>2.684</u>

A Companhia é parte integrante de um grupo de empresas, denominado Grupo Cornélio Brennand, que atua de forma integrada e os custos das estruturas operacional e administrativa são atribuídos a cada empresa, segundo a dimensão das suas operações.

## Companhia Brasileira de Vidros Planos

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (b) Empréstimos entre partes relacionadas

	<u>Passivo não circulante</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Atiaia Energia S.A. (i)	29.474	26.581
Acionistas - Pessoas Físicas (ii)	223.039	185.447
Núcleo LFB- Pessoas Físicas	68	
	<u>252.581</u>	<u>212.028</u>

(i) Não há prazo determinado para a quitação dos valores.

(ii) Não há prazo determinado para a quitação dos valores e o mesmos não são remunerados.

#### (c) Outras transações

	<u>Ativo circulante</u>		<u>Passivo circulante</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
GCB Mineração e Participações Ltda.	5			
Ical Vidros S.A.	28	152	850	623
Iron House Empreendimentos S.A.	7	576		5
Iron House Desenvolvimento Imobiliário S.A.		80		1
Vento Sul Participações Ltda.		45		1
HTL SP Participações S.A.		2		
Terrenos e Construções S.A.	5	264		1
Companhia Agrícola e Ind.São João	6	224		2
Indústria de Azulejos S.A.	7	138		1
Atiaia Energia S.A.	78	66	3.661	1
Areado Energia S.A.	7			
Rio Verde Energia S.A.	2	276		3
Ical Energia S.A.		17		
Rio do Sangue Energia S.A.	2	216		2
Rio Sucuriú Energia S.A.	2	258		3
Paranatinga Energia S.A.	2	226		3
Empresa Energética Porto das Pedras S.A.	2	276		3
Pedra Furada Energia S.A.		33		
	<u>153</u>	<u>2.849</u>	<u>4.511</u>	<u>649</u>

Os valores referem-se ao rateio das despesas administrativas com as demais empresas do Grupo de acordo com os critérios e parâmetros estabelecidos em laudo técnico elaborado por empresa especializada.

## **Companhia Brasileira de Vidros Planos**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **19 Patrimônio líquido**

##### **(a) Capital social**

O capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é de R\$ 507.909, dividido em 19.496.027 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, possuídas pela Ical Vidros S.A.

##### **(b) Reserva de incentivos fiscais**

###### **(i) PRODEPE (Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco)**

A Companhia constituiu em 2017 a reserva do incentivo fiscal do PRODEPE (Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco), referente ao período de 2014 a 2017 no montante de R\$ 89.299. No exercício de 2017, a Companhia registrou uma perda na apuração do incentivo referente a exercícios anteriores no montante de R\$ 1.278.

###### **(ii) REINTEGRA (Regime especial de reintegração de valores tributários para empresas exportadoras).**

A Companhia é beneficiária da subvenção governamental do REINTEGRA (Regime especial de reintegração de valores tributários para empresa exportadoras), e apurou no exercício de 2017, o montante de R\$ 209 referente à esta subvenção governamental.

###### **(iii) PROINFRA (Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região do Nordeste)**

A Companhia constituiu em 2017 a reserva do incentivo fiscal do PROINFRA (Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região do Nordeste) no montante de R\$ 1.194.

###### **(iv) Subvenção Governamental - Terreno**

A Companhia constituiu em 2017 o montante de R\$115 referente a reserva da receita de subvenção do Terreno doado pelo Governo do estado de Pernambuco onde foi construída a planta industrial da Companhia.

## Companhia Brasileira de Vidros Planos

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 20 Receita de vendas

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Venda bruta de produtos	406.381	369.632
Revenda bruta de produtos	5.726	8.095
Devoluções	(2.487)	(4.140)
Tributos incidentes sobre vendas (i)	(49.533)	(48.730)
	<u>360.087</u>	<u>324.857</u>

- (i) Refere-se aos tributos incidentes sobre as vendas, revendas, e as devoluções de vendas e revendas, deduzidos dos incentivos fiscais do PRODEPE no valor de R\$ 30.479 (2016- R\$ 29.287) e do REINTEGRA no valor de R\$ 209.

A Companhia usufrui do incentivo do PRODEPE concedido pelo Governo do Estado de Pernambuco. A fruição deste incentivo está condicionada a produção de vidros planos. A Companhia reconhece este incentivo no resultado, como uma receita, redutora do ICMS sobre as vendas e revendas.

A Companhia usufrui também do incentivo do REINTEGRA concedido pelo Governo Federal do Brasil. A fruição deste incentivo está condicionada à exportação de produtos e ao atendimento de algumas condições relacionadas aos processos de importações e exportações previstas em legislação que normatiza esse incentivo.

#### 21 Custos das vendas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Custo com pessoal	25.468	28.936
Custo com matérias primas	64.064	58.208
Custo com energia elétrica	8.056	6.408
Custo com combustíveis	50.265	42.684
Custo com embalagem	10.075	2.694
Custo com materiais de utilidades	546	382
Custo com materiais intermediários	10.392	8.028
Custo com manutenção	12.008	10.629
Depreciação	43.591	51.295
Custo da mercadoria revendida	4.228	6.705
Ajuste de inventário	(578)	(586)
Outros	3.397	6.809
	<u>231.512</u>	<u>222.192</u>

## Companhia Brasileira de Vidros Planos

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 22 Despesas gerais e administrativas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas com pessoal	43.296	37.600
Despesas com cursos e treinamentos	721	618
Despesas com viagens	1.309	1.406
Consultoria, assessoria e outros	6.439	11.812
Aluguéis	1.186	2.003
Despesas com entidades de classe e contribuição sindical	535	493
Telefone e outras comunicações	980	1.217
Despesas com fretes e armazenagens	27.254	23.850
Despesas comerciais	6.189	4.348
Despesas com perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	801	896
Despesas com avarias	2.322	3.729
Despesa com energia elétrica	308	454
Despesa com manutenção	441	484
Despesa com seguros	979	1.759
Despesas com embalagens	3.396	7.472
Depreciação e amortização	15.418	9.440
Impostos e taxas	239	275
Outros	8.918	12.032
	<u>120.731</u>	<u>119.888</u>

#### 23 Outras receitas operacionais, líquidas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita com venda de imobilizado	1.015	228
Subvenção terreno	30	30
Subvenção PROINFRA	398	398
Outras receitas operacionais	567	1.324
	<u>2.010</u>	<u>1.980</u>
Custo da baixa de ativo imobilizado	(1.013)	(1.037)
Outras despesas (i)	(7.588)	(559)
	<u>(8.601)</u>	<u>(1.596)</u>
	<u>(6.591)</u>	<u>384</u>

- (i) Durante o exercício de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT. A liquidação dos débitos no montante de R\$ 7.228 se deu com o pagamento para aderir ao programa no montante de R\$ 423, e com a utilização de créditos de prejuízo fiscal de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido no montante de R\$ 6.805.

## Companhia Brasileira de Vidros Planos

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 24 Resultado financeiro

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	4.866	7.196
Variação cambial	5.051	9.383
Ganho com operações SWAP	2.687	2.083
Outras receitas financeiras	<u>649</u>	<u>2.644</u>
Receitas financeiras	<u>13.253</u>	<u>21.306</u>
Fianças bancárias	(3.980)	(3.721)
Variação cambial	(5.393)	(3.657)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(39.393)	(55.119)
Perda com operações SWAP	(4.752)	(8.762)
Descontos comerciais	(1.205)	(3.329)
Outras despesas financeiras	<u>(3.440)</u>	<u>(3.854)</u>
Despesas financeiras	<u>(58.163)</u>	<u>(78.442)</u>
Despesas financeiras, líquidas	<u>(44.910)</u>	<u>(57.136)</u>



## Companhia Brasileira de Vidros Planos

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 25 Imposto de renda e contribuição social

(a) Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A conciliação entre a despesa de imposto de renda e a contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	<u>2017</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(43.657)
Imposto calculado com base em alíquotas nominais (34%)	14.843
Adições temporárias	
Provisões indedutíveis	(2.311)
Variação cambial passiva	(166)
Variação cambial ativa – Operações liquidadas	(7.422)
Provisão programa participação nos resultados - PPR	(4.909)
Diferença depreciação – Adoção inicial	(602)
Total das adições temporárias	(5.239)
Adições permanentes	
Perda com contas a receber	7.664
Contingência fiscal - PERT	7.035
Outras despesas não dedutíveis	2.308
Total das adições permanentes	(5.782)
Total das adições	(11.022)
Exclusões temporárias	
Despesa depreciação – Diferenças taxa fiscal x societária	25.878
Variação cambial passiva – Operações liquidadas	6.485
Receita com operações SWAP	2.687
Realização provisões – Controladas parte B	3.439
Total das exclusões temporárias	13.086
Exclusões permanentes	
Receitas com incentivos fiscais	31.160
Outras receitas não tributáveis	773
Total das exclusões permanentes	10.857
Total das exclusões	23.943
Prejuízo fiscal não constituído	(20.960)
IRPJ/CSLL diferido utilizado – PERT (i)	<u>(6.805)</u>

## Companhia Brasileira de Vidros Planos

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- (i) Refere-se à constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o prejuízo fiscal da Companhia, os quais foram compensados com tributos a pagar no exercício de 2017, dentro do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), vide Nota 23 (i).

#### 26 Provisão para contingência

A Companhia, com o apoio dos seus consultores jurídicos, realizou levantamento, avaliação e quantificação das ações cíveis, trabalhistas e tributárias e identificou que não há ações classificadas como perda provável em 31 de dezembro de 2017. Portanto não há provisão constituída no balanço.

De acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não são provisionados os valores envolvidos em ações de perda possível. O somatório de todas as ações de perda possível em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 6.240 e referem-se essencialmente a ações trabalhistas.

#### 27 Cobertura de seguros (Não auditado)

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

<b>Coberturas</b>	<b>Limite Máximo de Indenização (LMI)</b>
Responsabilidade civil – Obras civis, instalação e montagem	643.589
Empresarial	20.000
Compreensivo empresarial	6.770

#### 28 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

## **Companhia Brasileira de Vidros Planos**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **28.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

#### **28.2 Ativos financeiros**

##### **28.2.1 Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

##### **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como circulante ou não circulante se estiver vinculado a garantias.

Os derivativos também são caracterizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge, quando aplicável.

##### **(b) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante).

#### **28.3 Instrumentos financeiros derivativos**

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo.

##### **(a) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os instrumentos derivativos da Companhia não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Resultado financeiro".

#### **28.4 Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou *impairment*).

## Companhia Brasileira de Vidros Planos

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 28.5 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O estoque é composto de mercadorias para venda e revenda, e seu custo médio é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado".

Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

#### 28.6 Tributos a recuperar

São avaliados pelo custo e não excedem ao valor esperado de realização.

#### 28.7 Títulos e valores mobiliários

Conforme cláusula prevista no contrato de financiamento, a Companhia mantém investimento em quota de fundo de renda fixa, equivalente a 3 vezes ao valor da prestação junto à Instituição Financeira.

#### 28.8 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

A Companhia passou pelo processo de revisão das vidas úteis de seus ativos, em agosto de 2017, resultando na alteração das vidas úteis de 37 bens, atrelados as classes de edificações e máquinas e equipamentos.

Tais alterações estão respaldadas por memórias de cálculos e justificativas emitidas pelos técnicos e especialistas de cada área e também das avaliações efetuadas pela equipe de manutenção, nos 3 anos de operação da empresa.

Os terrenos não são depreciados e a depreciação dos ativos é calculada pelo método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações	10-60
Instalações	6-25
Benfeitorias Imóveis de Terceiros	5-10
Maquinas e Equipamentos	2-40
Máquinas e Equipamentos Forno	1 -25
Móveis e Utensílios	2-10
Equipamentos de Informática	3-5
Veículos	5

## **Companhia Brasileira de Vidros Planos**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **28.9 Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

#### **28.10 Empréstimos**

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

#### **28.11 Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

#### **28.12 Reconhecimento de receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida pela comercialização de produtos e está apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia.

##### **(a) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

## **Companhia Brasileira de Vidros Planos**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **28.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido.

Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

\* \* \*